



SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar - São Paulo - SP - CEP 01452-002 - Tel/Fax: (11) 3299-2000

Ouvidoria: 0800-773-2009

CNPJ nº 62.285.390/0001-40

www.socopa.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional

das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas, acessar

http://www.bancopaulista.com.br/docs/Gerenciamento_de_Riscos_BANCO_PAULISTA.pdf. Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação. São Paulo, 29 de março de 2016. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO		Notas explicativas		2015	2014
				132.633	128.249
Circulante					
Disponibilidades	4		3.854	2.852	
Aplicações interfinanceiras de liquidez			71.526	71.539	
Aplicações em operações compromissadas	4/5		899	11.200	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4/5		70.627	60.339	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			36.727	30.152	
Carteira própria	6		19.369	15.240	
Vinculados à prestação de garantias	6		17.358	14.912	
Relações interdependências			525	-	
Transferências internas de recursos			525	-	
Outros créditos			20.001	23.706	
Carteira de câmbio	8		976	552	
Rendas a receber			2.507	1.634	
Negociação e intermediação de valores	9		9.915	17.258	
Diversos	9		6.935	4.712	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9		(332)	(450)	
Realizável a longo prazo			32.087	24.387	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos			23.829	20.670	
Carteira própria	6		207	-	
Vinculados à prestação de garantias	6		23.622	20.670	
Outros créditos			8.258	3.717	
Diversos	9		8.258	3.717	
Permanente			335	591	
Investimentos			2	2	
Imobilizado de uso			252	410	
Intangível			78	179	
Total do ativo			165.052	153.227	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2015 e 2014

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas definidas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, instrumentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de validade dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentro outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacadada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: o valor dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Negociação e intermediação de valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Permanente

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou adquirido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais bens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que assumem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o resultado de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de especialistas jurídicos e de administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2015	2014
Disponibilidades	3.854	2.852
Aplicações em depósitos interfinanceiros	71.526	71.539
Caixa e equivalentes de caixa	75.380	74.391

	2015	2014
5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ		
a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas		
Re vendas a liquidar - posição bancada		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	899	11.200
	899	11.200

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$ 1.093 (R\$ 878 em 2014).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2015	2014
Aplicações em depósitos interfinanceiros	70.627	60.339
Ligadas	70.627	60.339

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 690 (R\$ 4.762 em 2014).

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2015		2014	
Títulos para negociação	Custo (i)	Mercedo (ii)	Custo (i)	Mercedo (ii)
Carteira própria	19.584	19.369	15.673	15.109
Certificado de Depósitos Bancários - CDB			270	297
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	1.689	1.735	2.056	2.014
Cotas de Fundos de Investimentos - CFI	17.895	17.634	13.347	12.798
Vinculados à prestação de garantias	17.350	17.358	14.911	14.912
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.350	17.358	14.911	14.912
Total de títulos para negociação	36.934	36.727	30.584	30.021
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria	207	207	128	131
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	207	207	128	131
Vinculados à prestação de garantias	23.613	23.622	20.676	20.670
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.613	23.622	20.676	20.670
Total de títulos disponíveis para venda	23.820	23.829	20.804	20.801
Total	60.754	60.556	51.388	50.822

(i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 10.051 (R\$ 6.593 em 2014).

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

	2015		2014
	Sem vencimento	Acima de 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	41.187	41.187
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.735	1.735
Cotas de Fundo de Investimentos - CFI	17.634	-	17.634
Total	17.634	42.922	60.556

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição.

Até o dia 31 de dezembro de 2014 a Correlora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi apurado um resultado negativo de R\$ 13,13 (em 2014, negativo de R\$ 13,13).

Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi apurado um resultado negativo de R\$ 13 (em 2014 negativo de R\$ 73), decorrente das operações com futuros.

7 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., por intermédio da Instituição líder Banco Paulista S.A., aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, para risco de liquidez, pela Resolução nº 3.721/09, do CMN, para risco de crédito, Circular nº 3.711/09, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, para risco operacional e pelas Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN, para gestão de capital.

8 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2015	2014
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	407	529
Direitos sobre venda de câmbio	1.124	686
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(555)	(663)
	976	552

	2015	2014
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	1.109	679
Obrigações por compra de câmbio	406	532
	1.515	1.211

9 OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores

	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Caixa de registro e liquidação	-	5.878	-	1.332
Devedores/credores - Conta "liquidações pendentes"	9.915	44.891	14.071	47.021
Operações com ativos financeiros a liquidar	-	5.292	3.187	-
Comissões e corretagens a pagar	-	752	-	786
	9.915	56.813	17.258	49.139

b) Diversos

	2015	2014
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar	4.487	2.588
Adiantamento para pagamento de nossa conta	-	238
Títulos e créditos a receber (i)	803	565
Devedores diversos no País	1.624	1.298
Outros	21	23
	6.935	4.712

Realizável a longo prazo

Devedores por depósitos em garantia (nota 20b)	1.401	1.313
Títulos e créditos a receber (i)	2.407	2.261
Créditos tributários (vide nota 16b)	4.450	143
	8.258	3.717

(i) Títulos e créditos a receber referem-se a precatórios do Tesouro Nacional.

c) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2015	2014
Saldo inicial	450	14.053
Baixa para prejuízo	(103)	(13.498)
Reversões	128	924
Constituições	155	369
Saldo final da provisão	332	450

10 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	1.146	845
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 16b)	682	941
Impostos e contribuições sobre os lucros	3.448	1.941
	5.276	2.786

Exigível a longo prazo

Provisão para riscos fiscais (nota 20b)	1.383	1.295
	1.383	1.295

b) Diversas

	2015	2014
Circulante		
Outras despesas administrativas	601	1.479
Comissões a pagar sobre operações de câmbio	958	479
Despesas de pessoal	556	727
Honorários advocatícios a pagar	721	158
Taxa depositária do tesouro nacional	1.186	-
Credores diversos	352	86
	4.374	2.929

Exigível a longo prazo

Honorários advocatícios a pagar	481	453
Provisões para passivos contingentes - Trabalhistas (nota 20b)	38	20
Provisões para passivos contingentes - Cíveis (nota 20b)	168	95
	1.032	573

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social totalmente subscrito e integralizado, é representado por 3.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. No exercício de 2015, por decisão da alta Administração, não foram pagos dividendos.

c) Destinação de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Corretora registrou prejuízo contábil de R\$ 645 (lucro de R\$ 12.133 em 2014).

d) Reserva legal

A Corretora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado.

12 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2015	2014
Corretagens em operações em bolsas	13.473	18.489
Comissão de colocação de títulos	5.375	7.330
Administração de fundos de investimento	11.768	8.097
Corretagens de câmbio	5.878	5.324
Outros serviços	1.722	811
	38.216	40.251

13 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Serviços técnicos especializados	11.110	14.009
Serviços do sistema financeiro	11.047	10.772
Processamento de dados	5.372	4.763
Aluguéis	1.380	1.350